

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/2888	8282/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Contratação de empréstimo de curto prazo em regime de conta corrente para 2025 no valor de 6.000.000 €

PROPOSTA: Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, propõe-se que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º daquele Regime Jurídico:

1. Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2025, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 6 milhões de euros de utilização;
2. Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG).

Considerando que:

1. O cenário macroeconómico prospetivado para 2025 inscreve-se num clima de alguma incerteza, e o caráter sazonal da cobrança da receita regular do Município, potenciam desequilíbrios na tesouraria que importa prevenir;



2. A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, prevê no nº 1 do artigo 50º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria;
3. O referido diploma consagra a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados, conforme artigo 50º nº 1;
4. O empréstimo de curto prazo é, assim, contratado a partir de 1/01/2025 até 31/12/2025, acompanhando o exercício económico;
5. O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e em médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos, aferidos a 31 de dezembro de cada ano, por confronto com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
6. Os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis em comparação com montantes exigíveis em igual período, salvaguardando, a necessidade de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;
7. Neste contexto, foi feita a avaliação dos meios necessários a uma boa gestão de tesouraria em 2025, desde logo por referência às flutuações de saldo mensal de recebimentos e pagamentos, concluindo-se pela conveniência em assegurar uma linha de curto prazo de 6 milhões de euros à semelhança do contratado nos últimos anos;
8. A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito;
9. Foi feita uma consulta à banca e analisadas as propostas recebidas, conforme informação dos serviços, acompanhada das propostas em causa, que se junta e é parte integrante desta Proposta;
10. Da análise efetuada, resulta que a proposta mais favorável ao Município é a apresentada pela Caixa Económica Montepio Geral, como resulta patenteado no quadro inscrito na informação anexa à presente proposta.

Assim, em face do exposto, proponho que a Câmara delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º daquele Regime Jurídico:



1. Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2025, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 6 milhões de euros de utilização, em conformidade com a consulta feita à banca e patenteada na informação anexa, que é parte integrante da presente Proposta, com efeitos a partir de 1/01/2025 e com prazo máximo até 31/12/2025, conforme estabelecido no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
2. Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme análise constante na informação anexa, para o montante solicitado de 6 milhões de euros, referente a um spread negativo de 0,03% sobre a EURIBOR 3m, com isenção de quaisquer comissões, e a celebração do respetivo contrato, nos termos das condições fixadas.

Anexos:

Anexo 1 - Propostas Empréstimo - Propostas das entidades bancárias

Anexo 2 - INFORMAÇÃO 2024-0977 [Informação] - Análise das Propostas

Anexo 3 - DESPACHO 2024-0622 [Resolução PR/2024/1487 - DCF-DC - Despacho] - Aprovação das condições a contratar

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Braga, 18 de novembro de 2024

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
MUNICIPIO DE BRAGA
PRAÇA CONDE DE AGROLONGO
4704-514 BRAGA

V/ Refª: OFÍCIO Nº 5854, de 08/11/2024

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO PARA 2024 - 6.000.000€.

Estimado Cliente,

Na sequência dos contactos estabelecidos com V. Exas., relativamente ao assunto em epígrafe, informamos que foram aprovadas pela Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) as seguintes condições de crédito:

MONTEPIO CRÉDITO À TESOURARIA – Abertura de Crédito em Conta Corrente

Montante: € 6.000.000,00 (seis milhões de euros)

Prazo: 12 meses, sem renovação semestral, com amortização integral até 31.12.2025.

Utilizações: sem período de carência, utilizações por uma ou mais vezes, conforme necessidades do Município, sem encargos. As utilizações deverão ser solicitadas ao Banco Montepio, via ofício do Município, indicando o montante a utilizar.

Periodicidade de pagamento de juros: juros calculados ao dia, sobre o montante utilizado e pagos postecipadamente, com periodicidade mensal.

Amortização: o saldo devedor no termo do prazo deverá ser liquidado juntamente com os juros que sejam devidos nessa data. São permitidas amortizações antecipadas. As amortizações deverão ser efetuadas por instrução do cliente, via ofício do Município.

Taxa de Juro (TAN): EUR 3M + SPREAD DE -0,03%.

Comissões: Isenção total de todas e quaisquer comissões aplicáveis.

Mais informamos que as presentes condições são válidas durante 30 dias, agradecendo o vosso contacto para possibilitar a contratação. Findo este período, a CEMG reserva-se o direito de proceder à reapreciação das condições acima descritas.

Com a apresentação dos melhores cumprimentos,

CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL
Departamento de Economia Social e Setor Público do Norte



Exmº Sr. Presidente do Município de Braga

V/ Refª: 5854 de 8/11/2024

Braga, 18 de novembro de 2024

Assunto: Condições para contratação de empréstimo de curto prazo para 2025 no montante de 6.000.000€

Exmºs Senhores,

Na sequência do V/ofício acima referenciado, o qual desde já se agradece, e no que se refere às condições para a contratação de empréstimo de curto prazo, a Caixa Geral de Depósitos propõe as seguintes condições básicas:

Natureza: Abertura de crédito em regime de conta-corrente.

Finalidade: Apoio de tesouraria.

Montante: € 6.000.000,00.

Prazo: Até 1 Ano, com terminus em 31/12/2024.

Taxa de juro: Euribor a 3 meses (base 360), com floor zero - 0.01% (spread negativo de 0,01%).

Comissões: isento;

Pagamento dos juros: Os juros devidos serão calculados dia a dia sobre o capital utilizado e pago mensalmente e postecipadamente.

Reembolso do capital: No termo do prazo. Poderá haver lugar a reembolsos e reutilizações durante toda a vigência do empréstimo. O saldo devedor no termo do prazo será reembolsado juntamente com os juros devidos nessa data.

Garantias: Consignação de receitas do Município de Braga, nos termos legais.

Validade da proposta: A proposta é válida pelo prazo de 90 dias.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Caixa Geral de Depósitos, S.A

Braga, 15 de Novembro de 2024

ASSUNTO:

Contratação de Empréstimo a Curto Prazo, em regime de Conta Corrente Caucionada, de € 6.000.000,00

Ref.ª: 2024/LM028/AR/010

Exmos. Senhores,

Em resposta ao vosso convite, que desde já agradecemos, para apresentação de proposta ao assunto em epígrafe, informa-se V/Exas. que após a respectiva análise, foi deliberada favoravelmente a apresentação da solicitada proposta nas seguintes condições:

<i>Modalidade do empréstimo:</i>	<i>Conta Corrente Caucionada</i>
<i>Montante do empréstimo:</i>	€ 6.000.000,00 (seis milhões de euros)
<i>Amortização:</i>	<i>Até 31 de Dezembro de 2025</i>
<i>Forma de utilização:</i>	<i>Após obtenção do Visto do Tribunal de Contas e até ao final do ano de 2025</i>
<i>Utilização:</i>	<i>Em regime de conta corrente, com desembolsos livres de quaisquer encargos</i>
<i>Pagamento dos Juros</i>	<ul style="list-style-type: none">- Serão pagos juros pelo capital utilizado, calculados e pagos no final de cada mês de vigência do contrato- Os juros serão postecipados e contados dia a dia, à taxa de juro variável anual nominal que resultar da cotação da EURIBOR a três meses (base 360) arredondada à milésima de ponto percentual, por excesso se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior, a que acresce o 'spread' de <u>zero vírgula zero cinco pontos percentuais (0,05%)</u>
<i>Forma de pagamento:</i>	<i>Os pagamentos que forem devidos à CCAM, por força do empréstimo, serão efectuados por débito na conta à ordem junto daquela, titulada pela Câmara Municipal, autorizando esta todos os movimentos, para o efeito necessários, nas datas dos vencimentos e providenciando, com a necessária antecedência, a respectiva provisão com os fundos necessários;</i>
<i>Garantias do empréstimo:</i>	<ul style="list-style-type: none">- Contrato de mútuo subscrito pela Câmara Municipal, com Termo de Autenticação;- Em conformidade com o disposto no Artº 14º da Lei nº 73/2013 de 03 e Setembro, constituirão garantia do empréstimo as receitas municipais com excepção dos subsídios, participações e receitas consignadas;

Continua, vfff

Taxa de Juro nominal:

*Por referência à Euribor a três meses (base 360), com arredondamento à terceira casa decimal e acrescida do spread de **zero vírgula zero cinco pontos percentuais (0,05%)***

Outras condições:

- Taxa Anual Efectiva (TAE) calculada nos termos do artº 4 do Decreto Lei nº 220/94 de 23 de Agosto;*
- Isenção total de comissões de preçário;*
- Autorização por parte da Assembleia Municipal e Visto do Tribunal de Contas;*
- Contratação de acordo com a Legislação em vigor (nomeadamente a Lei das Finanças Locais e eventuais alterações)*
- Prazo de validade da presente proposta: 120 dias*

Disponíveis para qualquer esclarecimento adicional, apresentamos cumprimentos
P' CCAM

Exmo. Sr. Presidente da
Câmara Municipal de Braga
Dr. Ricardo Rio

Praça Municipal
4700-435 Braga

V/Referência
Processo 5854/2024

N/ Referência
1000706792

Data
15/11/2024

Assunto: Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para 2025 - € 6.000.000,00 (seis milhões de euros)

Exmo. Senhor,

Acusamos a receção do v/ ofício datado de 08/novembro/2024.

Em resposta, informamos que o Banco Santander Totta, S.A. aprovou a seguinte proposta de financiamento ao Município de Braga, nas seguintes condições:

1. Mutuário: Município de Braga;
2. Finalidade: Apoio à Tesouraria;
3. Modalidade: Conta-Corrente;
4. Montante: Até ao limite máximo de 6.000.000,00 Euros (seis milhões de Euros);
5. Prazo do Empréstimo: Até 31 de Dezembro de 2025;
6. Taxa de Juro: Sobre o capital em dívida a cada momento serão contados juros a uma taxa variável correspondente à média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a 3 meses do mês anterior ao período de contagem de juros, arredondada à milésima, acrescida de um *spread* de 0,25 pontos percentuais, a qual será revista na mesma periodicidade da do prazo a que se reporta o indexante.

Em nenhuma circunstância pode o valor dos juros remuneratórios ser inferior ao valor do *spread* indicado no parágrafo anterior;
7. Cobrança de Juros: Mensal e Postecipada;
8. Utilização: Desembolsos e reembolsos livres e sem qualquer encargo;
9. Comissões: Isenção de todas as comissões;
10. Garantia: As que decorrem da própria Lei;
11. Condições Gerais: A presente proposta está sujeita à condição da *contratação* da operação de crédito em termos mutuamente aceites pelos Mutuário e Mutuante, designadamente pela celebração de um Contrato de Abertura de Crédito por

Conta Corrente em uso no banco, o qual incorpora cláusulas standard neste tipo de operações, de que a entidade pode dispor desde já se o solicitar;

12. Prazos de Validade: A presente proposta é válida até ao 60º dia após a data acima indicada, pelo que caducará se até essa data a Câmara Municipal de Braga não comunicar a respectiva aceitação.
13. Condição de Revisão: Se a operação não for efetiva e definitivamente contratada até 31 de Janeiro de 2025, o Banco fica automaticamente investido no direito de rever as condições descritas em 6. *Taxa de Juro*, refletindo eventuais alterações que ocorrerem nos custos de financiamento no mercado de capitais até essa data.

Ficamos na expectativa de que as condições apresentadas sejam do Vosso agrado e permitam o incremento do relacionamento comercial entre as instituições que representamos.

Sem outro assunto de momento, e colocando-nos desde já à disposição para qualquer esclarecimento adicional que entendam por conveniente, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração, apresentando os melhores cumprimentos.

Atentamente,

Banco Santander Totta, S.A.

Data: 19/11/2024

Nº Processo: 8282/2024

Processo: Proposta à Câmara Municipal - Contratação de empréstimo de curto prazo em regime de conta corrente para 2025 no valor de 6.000.000 € (seis milhões de euros) - Análise das Propostas

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

1. Nos termos do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.
2. Por ofício remetido pelo Município de Braga, no dia 8 de novembro de 2024, foram convidados a apresentar *Proposta para a concessão de empréstimo de curto prazo*, no montante de 6.000.000,00 € (seis milhões de euros), até às 11 horas, do dia 18 de novembro de 2024, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 7 de novembro de 2024, as seguintes instituições de crédito:
 1. Caixa Geral de Depósitos;
 2. Banco Santander Totta;
 3. Novo Banco;
 4. Banco BPI;
 5. Caixa de Crédito Agrícola Mutuo;
 6. Banco Millennium BCP;
 7. Montepio Geral;
 8. EuroBIC;
 9. ABANCA Corporación Bancaria;
 10. Bankinter S.A..
3. Nos termos do despacho supra, as Propostas a apresentar no presente procedimento deveriam obedecer às seguintes condições:
 - **Natureza:** curto prazo.
 - **Utilização:** em regime de conta corrente, com desembolsos livres de quaisquer encargos.
 - **Amortização:** até 31 de dezembro de 2025.

Célia Alberta Martins Portela (1 / 3)
Direção Divisão
Data: 19/11/2024
HASH: 79463af546f14f46e6b576ccc3b3f



Ana Isabel Pais Bernardo (2 / 3)
Direção do Departamento de Controlo Financeiro
Data: 19/11/2024
HASH: 289009d8a1fa42291dca701e5693b64



Rosa Maria Costa Veloso (3 / 3)
Direção Superior
Data: 19/11/2024
HASH: 220bc326c73b110c2df94709d014d7b



- **Taxa de Juro:** o empréstimo vencerá juros a uma taxa de juro nominal variável, indexada à Euribor a 3 meses (Base 360 dias), com floor zero, acrescida de spread, e que vigorará durante todo o período de vida do contrato.
- **Juros:** calculados dia a dia sobre o capital utilizado e pago mensalmente e postecipadamente.
- **Critério de adjudicação:** o critério do mais baixo preço, sendo este aferido pela menor taxa proposta. Em caso de igualdade entre propostas, os proponentes empatados serão convidados a melhorar a proposta inicial, estabelecendo-se, para o efeito, prazo e modo de apresentação das novas propostas.
- **Comissões:** não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização, gestão ou outras.

4. Das instituições convidadas, não apresentaram proposta as seguintes:

1. Novo Banco;
2. Banco BPI;
3. Banco Millennium BCP;
4. EuroBIC;
5. ABANCA Corporación Bancaria;
6. Bankinter S.A.

5. No dia agendado para a Sessão de abertura de propostas, dia 18 de novembro de 2024, por volta das 11:20 horas, foi entregue no Salão Nobre do Município, um envelope do Banco BPI, com a indicação no exterior de "Proposta para contratação de empréstimo curto prazo de 6.000.000 euros".

6. Atendendo a que a proposta do Banco BPI foi entregue fora do prazo definido foi excluída do procedimento, por extemporânea.

7. Após a sessão de abertura das propostas apresentadas pelas instituições de crédito no prazo definido, procedeu-se à sua análise, que se encontra resumida no quadro infra.

Nº Proposta	Nome do Proponente	Taxa de Referência			Comissões e taxas		Juros		Spread
		Proposta	Cumprir	Com Floor	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir	
1	Banco Santander Totta	Euribor 3 meses	Sim	Sim	Sem encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,25%
2	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	Euribor 3 meses	Sim	Sim	Sem encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,05%
3	Caixa Geral de Depósitos	Euribor 3 meses	Sim	Sim	Sem encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	-0,01%
4	Banco Montepio Geral	Euribor 3 meses	Sim	Sim	Sem encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	-0,03%



8. Conforme resulta do quadro, todas as Propostas aí constantes cumpriram as exigências fixadas pelo Município de Braga, sendo certo que se destacam duas Propostas com spread inferior a 0, ou negativo, do Banco Montepio Geral e da Caixa Geral de Depósitos.
9. Considerando o atrás exposto e o critério de adjudicação aprovado, propõe-se, que o Sr. Presidente profira decisão no sentido de remeter a presente proposta à Câmara Municipal de Braga, para que, nos termos constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) e no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aquele órgão delibere:
 1. **Adjudicar** o presente financiamento ao **Banco Montepio Geral**, nos termos da proposta apresentada, indexada à Euribor a 3 meses, reduzida de um **spread de 0,03 pontos percentuais**.
 2. **Submeter** a presente proposta à **aprovação da Assembleia Municipal**.

À consideração superior.



DESPACHO

Processo: 5854/2024

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Empréstimos bancários

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O quadro legal em que se desenvolve o endividamento municipal, encontra-se definido, na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que determina, nos termos do n.º 1 do artigo 50º, que os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

Refere o diploma anteriormente mencionado que, a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento. Desta feita, solicita-se autorização para iniciar os procedimentos tendentes à consulta de mercado, de forma a escolher a entidade bancária que ofereça melhores condições financeiras para a contratação de um financiamento de curto prazo, para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria, em regime de conta corrente, até ao montante de 6 milhões de euros.

Face ao exposto, e tal como assumido nos exercícios anteriores, propõe-se a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2025 (término a 31 de dezembro de 2025), até ao montante de 6.000.000€ (seis milhões de euros), tendo por base as seguintes condições:

1. **Natureza:** curto prazo;
2. **Utilização:** em regime de conta corrente, com desembolsos livres de quaisquer encargos;
3. **Amortização:** até 31 de dezembro de 2025;
4. **Taxa de Juro:** o empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 3 meses (Base 360 dias), com floor zero, acrescida de spread, e que vigorará, durante todo o período de vida do contrato.



5. **Juros:** os juros serão calculados dia a dia sobre o capital utilizado e pago mensalmente e postecipadamente;
6. **Critério de adjudicação:** o critério do mais baixo preço, sendo este aferido pela menor taxa proposta. Em caso de igualdade entre propostas, os proponentes empatados serão convidados a melhorar a proposta inicial, estabelecendo-se, para o efeito, prazo e modo de apresentação das novas propostas.
7. **Comissões:** Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização, gestão ou outras.
8. **Prazo para apresentação de propostas:** o prazo para a apresentação das propostas é fixado até às 11 horas e 00 minuto, do dia 18 de novembro de 2024, na Divisão de Contabilidade ou na Tesouraria Municipal, a funcionar no Edifício dos Paços do Concelho localizado na Praça do Município.
9. **Modo de apresentação das propostas:** as propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, com a indicação no exterior “PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CURTO PRAZO DE 6.000.000 EUROS”.
10. **Ato público de abertura das propostas:** a abertura das propostas decorrerá no dia 18 de novembro de 2024, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 11:15 horas.

De igual modo, para efeitos de acompanhar, analisar e avaliar as propostas, propõe-se a constituição da seguinte comissão de análise:

- Presidente: Ana Bernardo, Diretora do Departamento de Controlo Financeiro
- Vogal: Célia Portela, Chefe da Divisão de Contabilidade
- Vogal: Rosa Veloso, Responsável pelo Gabinete de Tesouraria
- 1.º Suplente: Nuno Capitão, Chefe da Divisão de Controlo de Receita
- 2º Suplente: Leila Camacho, Chefe da Divisão de Contratação Pública.

Por fim, sugere-se que sejam consultadas as seguintes instituições financeiras:

1. Caixa Geral de Depósitos
2. Banco Santander Totta
3. Novo Banco
4. Banco BPI
5. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo



6. Banco Millennium BCP
7. Montepio Geral
8. EuroBic
9. ABANCA Corporación Bancaria
10. Bankinter S.A.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/1487 de 7 de Novembro de 2024.

RESOLUÇÃO

Defiro nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

